

40
ano
UnB à frente



Lauro Morhy
organizador geral

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

Brasil **em Questão**

**A Universidade e a
Eleição Presidencial**

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República

Paulo Renato Souza

Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto

Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente

Antônio C. de Matos Paiva

Carlos Alberto Rodrigues da Cunha

Carolina Martuscelli Bori

Flávio Rabelo Versiani

Inocência Mártires Coelho

Gileno Fernandes Marcelino

Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmar Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Brasil em Questão

A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Equipe Editorial:

Prof.ª Dr.ª Wânia de Aragão-Costa (Preparação de Originais)

Bel.ª Carmem Galvão (Revisão)

Fernando Brandão e Franklin Cruz (Editoração Eletrônica)

Formatos Design Gráfico (Projeto Gráfico)

Formatos Design Gráfico (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook - *Getty Images*)

Copyright © 2002 by Editora Universidade de Brasília.

Impresso no Brasil.

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 02, Bloco C, Nº 78

Ed. OK, 2º andar

70300-500 Brasília-DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil em questão: a universidade e a eleição presiden-
 cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília, 2002.
 512p.

ISBN 85-230-0700-8

1. Política – Brasil. 2. Governo: estrutura: política.
3.

Cidadania. I. Morhy, Lauro.

CDU – 32(81)

Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmar Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

LAURO MORHY
REITOR DA UNB

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

16 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL
E VIOLÊNCIA

Guilherme de Almeida 239

Sueli Carneiro 245

Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

5 de junho	A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
	Armando Mendes	275
	Maria Adélia de Souza	283
	Eduardo Suplicy	295
	Cristina Mac Dowell	307
	Marcos Formiga	321
19 de junho	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA	
	Washington Novaes	351
	Marina Silva	361
	Edna Ramos Castro	371
	Marcel Burstyn	379
3 de julho	REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS	
	Ricardo Varsano	391
	Wilson Cano	405
	Vinícius Carvalho Pinheiro	433
	José Geraldo	447
17 de julho	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
	Helgio Trindade	459
	Edson Franco	475
	Jacques Velloso	485
	Lauro Morhy	499



A infra-estrutura nacional

Yeda Crusius
Luiz Pinguelli Rosa
Dércio Munhoz

3 de abril

Investimento Estatal em Infra-Estrutura: Condição para o Desenvolvimento Socioeconômico

Dércio Munhoz

A infra-estrutura tem uma importância fundamental na economia, já que abrange setores de atividade que são supridores de serviços essenciais ao sistema produtivo, tais como energia, transportes, telecomunicações, etc. E nos países em desenvolvimento essa relevância é ainda maior, pois são sistemas econômicos que têm quase toda a infra-estrutura por implantar.

O crescimento de uma economia em desenvolvimento depende do rompimento de estrangulamentos, que normalmente se localizam na infra-estrutura econômica. Quando o Estado investe em setores básicos, aumenta a eficiência do sistema produtivo como um todo e reduzem-se os custos, contribuindo para a melhoria do nível bem-estar da sociedade e paralelamente estimulando investimentos privados que geram emprego e renda. E o que se denomina teoria do desenvolvimento desequilibrado associa o desenvolvimento econômico aos investimentos estatais

Dércio Munhoz é Professor Titular do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB). Ex-Presidente do Conselho Federal de Economia e do Conselho Superior da Previdência Social. Publicou vários livros como *Endividamento Externo: Crise Rediscutida e Economia Aplicada: Técnicas de Pesquisa e Análise Econômica*. É pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas da UnB.

em infra-estrutura, criando espaços para investimentos privados e alavancando o crescimento.

Este papel é reconhecido na experiência brasileira dos anos 50, quando pela primeira vez se percebeu a importância de se planejar os investimentos em infra-estrutura, desenvolvendo-se então um plano, aliás com assistência americana, denominado de Plano Salte, ordenando a ação do Estado nas áreas de saúde, alimentação, transporte, energia, etc. Lançavam-se, então, as bases para a arrancada industrial da segunda metade dos anos 50, com a política de desenvolvimento do Governo JK.

Ainda nos anos 50 foram dados outros grandes passos no lançamento de bases estratégicas que sustentassem políticas de crescimento de longo prazo, quando, por exemplo, da criação da Eletrobrás, da Petrobrás e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – então BNDE; as duas primeiras respondendo pela produção e distribuição de energia elétrica, e da importação, refino e distribuição de petróleo e seus derivados, e o segundo como agente financeiro proporcionando acesso a linhas de crédito de longo prazo, essenciais para viabilizar investimentos na infra-estrutura econômica.

Nos anos 60, novamente se verificou uma participação estatal muito grande nos investimentos na infra-estrutura da economia brasileira. Na ocasião o Banco Mundial forçou o governo brasileiro a transformar as empresas públicas e os departamentos especializados voltados para os serviços de energia, telecomunicações, água e saneamento, etc., em empresas estatais, organizadas como sociedades anônimas; pois para financiar investimentos na infra-estrutura se exigia comprovação quanto à viabilidade econômica dos empreendimentos e transparência contábil por parte dos agentes. Pretendia o Banco clareza sobre para quem estava emprestando, que os objetivos estivessem

plenamente definidos nos projetos previamente elaborados, que houvesse compromisso de uma política tarifária que garantisse a capacidade das empresas de responderem pelos encargos financeiros decorrentes dos financiamentos. Foi em razão dos planos governamentais de investimentos na infra-estrutura econômica, apoiados pelo Banco Mundial, que o país pode, desde a segunda metade dos anos 60, expandir e consolidar setores estratégicos para o desenvolvimento da economia brasileira.

Muitos pensaram, e alguns por desconhecimento ainda criticam, que a proliferação de empresas estatais no Brasil na década de 60 decorria de uma postura ideológica, enquanto, de fato, apenas atendia a uma imposição externa, voltada para maior racionalidade administrativa, como condição para acesso a linhas de financiamento. Mesmo com desencontros na área política, o fato é que o Brasil cresceu, nas três primeiras décadas do pós-guerra a uma taxa média anual superior a 7%. Mas qual foi o acidente de percurso? Como se perdeu ao longo do tempo a filosofia e o próprio apoio político para orientar investimentos governamentais em infra-estrutura?

As dificuldades surgiram a partir dos desdobramentos da crise do petróleo dos anos 70, deflagrada ao final de 1973, quando o Brasil, assim como um grande número de outras nações, em especial do núcleo de economias emergentes, enfrentou grave endividamento externo, pois com relações comerciais assimétricas, acabou pagando a conta do petróleo dos países ricos, inchada a partir da quadruplicação dos preços do produto. Endividados ao longo dos anos 70, no início dos anos 80 o país seria pressionado pelo governo americano, pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial a fazer programas de ajuste externo. Isso porque, quando a dívida acumulada passou

a representar riscos para o sistema bancário internacional, o Brasil, e entre outros toda a América Latina, teve, a partir de acordos assinados nos primeiros meses de 1983 com o FMI e a fim de obter o aval da instituição, de se submeter a uma política para reequilibrar as contas internacionais; ou, mas precisamente, se viu obrigado a adotar os clássicos programas de ajuste externo modelados pelo Fundo logo no pós-guerra, e desta vez acompanhados de exigências daquela instituição que interferiam na autonomia das decisões governamentais.

A partir do acordo de 1983 o Brasil viu agravar-se continuamente as condições da infra-estrutura econômica do país, pois o FMI impôs na ocasião um modelo de aferição de déficits públicos no qual a parcela dos investimentos estatais financiados com recursos de terceiros passou a ser considerada como déficit público; desconhecendo fundamentalmente que as empresas do governo, estruturadas como sociedades anônimas, possuem patrimônio próprio, e as únicas relações Tesouro/estatal são aquelas próprias do vínculo comum acionista/empresa – distribuição de dividendos, num sentido, e eventual aporte de recursos para aumento do capital, no outro. Em decorrência da aberração criada pelo Fundo foi contido o acesso das estatais brasileiras a financiamentos externos ou internos, tanto de natureza bancária como créditos de fornecedores, ligados a investimentos destinados à expansão ou remodelação da infra-estrutura econômica; sob pena de, numa concepção fantasiosa, se verem agravados os déficits do Governo, descumprindo as metas estabelecidas pelo FMI.

Ainda pelo acordo de 1983 o país se viu compelido a promover aumentos de impostos e redução de subsídios, acompanhados da elevação das taxas de juros e do realinhamento cambial, e de reajuste extra nos preços de combustíveis, num

conjunto de medidas de caráter altamente inflacionário. Sem surpresas a inflação duplicou entre janeiro e dezembro de 1983, e o Governo passou a controlar os preços e tarifas das empresas estatais. A economia como um todo corrigia seus preços à medida que os custos se elevavam, enquanto o setor estatal era contido, utilizado como instrumento de controle da inflação. O resultado foi que, a partir dos anos 80 as empresas estatais passaram a enfrentar um processo acelerado de descapitalização, e, impedidas de aumentos de capital ou de acesso a recursos de terceiros, perderam a capacidade de investimento.

As estatais brasileiras foram, portanto, enfraquecidas, e a infraestrutura econômica do país desorganizada, em decorrência de regras inaceitáveis de aferição dos déficits públicos impostas pelo FMI, numa postura ideológica encoberta pelo argumento de que na busca da maior eficiência era necessário reduzir a presença do Estado na economia.

E nesse momento surgiu no Brasil o que se poderia identificar como fruto de um processo de dócil submissão ao colonialismo cultural – termo bastante adequado, pois, em vários setores da sociedade brasileira, surgiram versões propagando que se havia esgotado o ciclo de participação do Estado na economia, dada a falência do modelo de financiamento de investimentos estratégicos na infra-estrutura enquanto, de fato, as medidas governamentais, dentro do modelo acordado com o Fundo, estrangulando as empresas simultaneamente sob vários ângulos, tornariam economicamente inviáveis, se aplicadas em outras paragens, quaisquer das maiores corporações multinacionais atuando no planeta: “A Onda Neoliberal” e a “Busca do Estado Mínimo”.

Na verdade desejava-se diminuir o tamanho do Estado. O FMI criou um modelo de estrangulamento do setor estatal brasileiro efetivamente asfixiante, ao considerar os investimentos

das empresas com recursos de terceiros como déficit público. Mas quando ainda nos anos 80 tentou impor os mesmos conceitos à Alemanha, que não dependia de recursos ou do apoio da instituição, o governo alemão reagiu vigorosamente, inclusive contra ingerências norte-americanas no mesmo sentido. O Brasil se submeteu ao modelo de “necessidade de financiamento do setor público” do FMI, e uma das razões é que quando do acordo de 1983 vivia-se a crise do endividamento, quando todos os bancos internacionais suspenderam os financiamentos internacionais, ou o refinanciamento de prestações vencidas, o que tornou os devedores extremamente dependentes do aval do Fundo Monetário Internacional. O que não justifica que, mesmo quando o país conseguiu reequilibrar suas contas externas – na segunda metade dos anos 80, continuasse a se submeter às regras do Fundo. Embora se deva lembrar que já então se viviam os primeiros momentos da avassaladora onda neoliberal, que nos anos 90 quebraria as principais economias latino-americanas; quando, em nome da globalização diferentes países da região implementaram políticas de abertura comercial unilateral, provocando explosivos aumentos do endividamento externo, e do endividamento público interno e externo; paralisando as economias nacionais sob fortes tensões sociais e desorganização política.

O fato é que no segundo ano do acordo de 1983, no final do governo militar, o Ministério da Fazenda não mais dava importância às metas e imposições do FMI. Quando, porém, da chegada do governo civil, a partir de 1985, surpreendentemente o país passou a aceitar plenamente as ingerências do Fundo, e as suas regras, introduzindo desde logo uma política monetária ortodoxa e suicida, com elevadas taxas de juros, cortes de gastos públicos, etc. E desde então, com exceção de raros momentos, o Brasil sem seguindo as políticas liberalizantes do FMI, no que

toca às relações econômicas externas e ao papel do Estado na economia, e também as políticas internas de caráter restritivo. Na segunda metade dos anos 80 por fragilidade na formulação da política econômica, quando a tentativa ingênua de recuperar perdas salariais com reajustes trimestrais ou mensais – no momento em que os altos juros sacrificavam os salários – levou ao descontrole inflacionário; posteriormente, em 1990 e 1991, sob o império do liberalismo infantil – cujas raízes em determinados e influentes setores da economia procuraram manietar o Governo em 1992 e 1993; e a partir de 1994 com as políticas neoliberais delineadas pelo chamado Consenso de Washington, de 1989.

Se a imposição do Fundo é ideológica, na linha de um liberalismo econômico jamais praticado pelos países avançados, é também geopolítica, pois impõe a paralisação de investimentos em setores vitais de economias com grande potencial, como o Brasil, comprometendo o crescimento econômico e o desenvolvimento econômico e social. O FMI não é uma instituição autônoma, tanto é assim que recentemente, quando, após o breve governo de De La Rúa, a Argentina pretendeu acesso a financiamentos do Fundo, a resposta, e negativa, veio primeiro do Secretário do Tesouro americano, numa demonstração clara de que os Estados Unidos detém abertamente o controle das decisões do Fundo. Constatação que provoca profunda inquietação quando a postura da instituição desarticula a presença estatal no sistema de infra-estrutura econômica, área estratégica nunca abandonada pelos governos, quer nas economias com tradição de planejamento estatal, quer nas economias ditas de mercado. A teoria do desenvolvimento econômico aceita que a presença do Estado é fundamental nas economias em desenvolvimento, onde os investimentos na infra-estrutura têm o papel de “puxar” a economia; pois se traduzem em estímulos para

novas inversões privadas, abrindo caminho para o país sair da fase de subdesenvolvimento, para crescer a produção, o emprego, os níveis de bem estar. E mesmo nas áreas oficiais brasileiras surgiram mais recentemente reações contra a crescente interferência do FMI nas decisões internas de política econômica, numa reação tímida e tardia a um processo de caráter colonialista.

A Fragilização Financeira com o Plano Real

Na década de 1980, dependendo do apoio do FMI, ante o grande endividamento externo, e com elevadas taxas de inflação desde o programa de ajuste do balanço de pagamentos de 1981/83, o governo brasileiro impôs controles sobre os preços e os investimentos das empresas estatais; e, em decorrência, com a inevitável e decomposição na infra-estrutura econômica, surgem crescentes pressões para a privatização do setor produtivo estatal. Alinhadas aos argumentos do Consenso de Washington, que, num discurso de cunho neoliberal, aliavam os problemas da América Latina dos anos 80 – na década perdida, não ao modelo de ajuste do FMI que desarticulou as economias da região, mas simplesmente a um indefinido “tamanho do Estado”. E se o Estado é incapaz de manter os setores básicos da economia onde tem presença, a única solução é a privatização – esse foi o primeiro momento das pressões externas mais recentes para a desmobilização do setor produtivo estatal, logo acompanhadas por pressões internas. No caso do Brasil foi após o programa de estabilização dos preços de 1994 – o Plano Real, e diante de um aumento muito grande da dívida pública e da dívida externa global, que o país se viu mais frágil, ou politicamente mais propenso, a seguir a cartilha da privatização. Inicialmente foi a escassez de

dólares decorrente dos déficits externos ligados à importação de produtos estrangeiros a custos baixos para ajudar na contenção dos preços internos; em seguida a ação do governo, voltada para atrair dólares a fim de financiar o Balanço de Pagamentos, pagando elevadas taxas de juros nos títulos públicos, e assim provocando assim um continuado aumento da dívida federal, pois faltavam receitas para pagar os encargos financeiros da dívida acumulada.

Se faltavam dólares ao país e faltavam reais ao Tesouro, percebe-se que a privatização com desnacionalização se encaixou com perfeição no mundo pós-Real: a venda das empresas estatais para grupos estrangeiros proporcionaria o ingresso de dólares – assim cobrindo os déficits externos; e a venda no mercado de câmbio, pelo proprietário (Estado), dos dólares assim obtidos, proporcionaria receitas extraordinárias ao Tesouro, cobrindo os déficits orçamentários. Essa primeira tentativa de enfrentar os “deficits gêmeos” orientou, portanto, a política de privatização adotada na segunda metade dos anos 90, e defendida arduamente pelo FMI, Banco Mundial e governo norte-americano mais por motivos geopolíticos que ideológicas. E também acalentou a ilusão de que se podia sustentar imutável o Plano Real, no longo prazo, sem as correções que a lógica dos fatos recomendava desde os grandes desequilíbrios surgidos ainda em 1995. O tempo diria que, apesar de proporcionar recursos da ordem de R\$ 100,0 bilhões até 2001, incluindo aproximadamente um terço, ou US\$ 35,0 bilhões, de origem externa, a estratégia de alienar as empresas estatais não conseguiria impedir nem o crescimento da dívida pública nem o aumento da dívida externa; a despeito de um volume crescente de capitais estar ingressando como investimentos diretos, amenizando ao menos nominalmente o crescimento do endividamento externo. Com a desarticulação do setor estatal

na infra-estrutura surge, como inevitável, o estrangulamento de áreas estratégicas, perdendo-se a capacidade de investimento interno. Com a privatização o governo tenta implantar um novo modelo de financiamento de investimentos visando a revitalizar a infra-estrutura econômica do país. E para isso deu garantias excepcionais aos investidores, e inclusive quanto à manutenção das taxas de retorno, ou seja, as taxas de lucros previstas por ocasião da venda das empresas. E tais garantias chegaram ao absurdo quando, visando a eliminar quaisquer tipos de riscos, o Governo resolve compensar as empresas com aumentos extraordinários nas tarifas e linhas especiais de financiamentos do BNDES para cobrir redução nos lucros decorrente do racionamento, em parte gerado de um fenômeno natural – a escassez de chuvas.

A Reafirmação da Soberania nas Decisões Econômicas

Depois de vinte anos amarrados por conceitos manipulados pelo Fundo Monetário Internacional, ao considerar investimentos estatais financiados por terceiros como déficit público, o modelo tem de ser rediscutido, pois o Estado não pode ficar de mãos atadas quando precisa investir em energia, ou em transportes, ou nas áreas de saneamento e habitação. Deve-se atentar, por outro lado, que a privatização e o conjunto do Plano Real colocaram a economia brasileira num impasse. Pois ao mesmo tempo em que se garantiu rentabilidade aos investidores, dando-se inclusive aumentos reais para estimular novos investimentos, os impostos foram aumentados na busca de recursos para uma frustrada tentativa de conter o aumento da dívida pública – mantendo-se a economia plenamente indexada e com a inflação presente sob

pressão de tais aumentos de custos. Os salários, todavia, agora sem a recomposição de perdas inflacionárias que legalmente se garantia desde a primeira metade dos anos 50, e diante da massa de desempregados procurando qualquer trabalho, passaram a recuar ano após ano desde 1994, quando, no surgimento da nova moeda, produziu-se um índice especial de preços que não incorporava os aumentos do custo de vida efetivamente observados no global de junho/julho. Reduzidos pelo artifício encomendado ao IBGE, e desprotegidos diante da persistente inflação registrada em todos os anos, o recuo dos salários tem sido não só inevitável como dramaticamente persistente, recuando em proporção ao PIB de 35,9% em 1993 para apenas 25,0% estimados para o ano de 2001. O que significa empobrecimento generalizado das famílias assalariadas – levando de roldão os ganhos de autônomos de baixa qualificação e as rendas dos pequenos empresários de forma geral, enfraquecendo o mercado, desestimulando a produção e o emprego.

E Essencial Redesenhar o Futuro

As empresas estrangeiras perdem o lucro e o governo tenta repor, com aumentos reais nas tarifas. Antes os preços já sofriam aumentos extras para estimular novas inversões. A carga tributária se eleva a cada ano. Será que é possível manter esses desencontros? Sem salários e sem emprego a economia estancou, e, a exemplo da Argentina, a desorganização da base econômica e da base social compromete irremediavelmente a estabilidade política e institucional. Questões cuja discussão se coloca como absolutamente prioritária. Reorganizar a política de rendas, restabelecendo mecanismos de recomposição salarial, é

fundamental. Pois as correções salariais com base no aumento dos preços não aceleram a inflação, como se procura muitas vezes colocar; basta que se impeça que outros agentes aumentem a sua participação na renda global, e que não se adote indexações de curto prazo, mantendo-se os mecanismos tradicionais de reajustes anuais. Sem a indexação salarial numa economia totalmente indexada, como a brasileira, e onde setores como o Governo e as áreas privatizadas aumentam repetidamente a cada ano a sua participação na renda gerada, refletem na redução continuada da massa de salários, com todas as consequências econômicas, sociais e políticas derivadas. Essa é uma questão que deve estar à frente de qualquer lista de prioridades para um novo governo.

A criação de empregos, quando a taxa de desemprego supera a 20,0% da população economicamente ativa – ponto nevrálgico do presente, inclusive em termos da segurança pública – depende e requer iniciativas imediatas do poder público. Adotando um programa de inversões em áreas como habitação, saneamento, transportes urbanos, vias de circulação urbana, etc., e garantindo, com reforço de novas ocupações “estéreis” (limpeza e conservação de vias públicas, jardins, prédios públicos, etc.) a contratação inicial de um mínimo de três milhões de trabalhadores (ao irrisório custo anual de menos de 1,0% do PIB, ante os 15,0% do PIB de encargos financeiros da dívida do Tesouro), o Governo poderá minimizar a crise social e dinamizar a economia. Em seguida virão os investimentos privados induzidos pelo aumento da demanda provocado pela melhoria do emprego e da renda. O futuro Governo não deve esperar, reeditando as crenças liberais do século XVIII, que o mercado, a mão invisível, possam corrigir os desacertos provocados a partir das políticas econômicas inspiradas pelo Consenso de Washington.

É inegável que existem outras questões extremamente

importantes mas que no global dos problemas presentes não podem ocupar papel prioritário: as dívidas externa e interna. Se o futuro governo der a elas posição de prioridade, sob pressão dos segmentos que apenas se preocupam em destacar os compromissos com o capital financeiro, vai se autoparalisar de imediato, incorrendo nos mesmos equívocos cometidos na Argentina; que levaram o país à perda de governabilidade na medida em que o Governo, pressionado pelo FMI, passou a priorizar a discussão sobre cortes nas despesas das províncias, com maiôs desemprego, ou mudanças de leis que desagradaram à tecnocracia do Fundo, relegando a um segundo plano questões realmente importantes para a estabilidade institucional, tais como emprego e a renda das famílias. O países latino-americanos, e entre eles o Brasil, já deveriam ter aprendido com os países ricos que a massa de salários, parcela principal da renda das famílias, é variável estratégica, em razão do que as decisões econômicas buscam a sua preservação sob quaisquer circunstâncias. Para isso recorrendo a políticas sociais de forma a evitar que o desemprego possa reduzir os níveis dos salários reais.

Os problemas do endividamento público e do endividamento externo não podem ser menosprezados; mas devem ser discutidos num segundo momento, depois de garantida a estabilidade econômica e social. Deve-se saber estabelecer uma hierarquia de problemas para o encaminhamento de soluções. E a busca de autonomia nas decisões internas é o caminho para que se possa pensar na construção do futuro.

Impressão e Acabamento:



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: quick@gns.com.br

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* “é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil”. É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

BRASILIDADE • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy